

A Ordem por princípio

O **vereador Joel** expôs que sempre luta pelo aumento salarial dos servidores, visando a valorização dos funcionários públicos. A Assessora Jurídica, **Doutora Camila**, informou que foi feita a reunião com a devida comissão, e os pareceres foram favoráveis aos Projetos de Lei votados na reunião, destacou que o período eleitoral permite, desde que anterior a 180 dias do Pleito, e o reajuste salarial retroage a janeiro como previsto em lei. **Colocado em sua única votação, o Projeto de Lei n.º 05/2024 foi aprovado por unanimidade.** Na sequência, iniciaram a *segunda discussão do Projeto de Lei Ordinária n.º 02/2024, que "Proíbe a inauguração e a entrega de obras públicas incompletas ou que, embora concluídas, não estejam em condições de atender à população, e dá outras providências"*, de autoria do vereador João Paulo Ferreira. **Colocado em sua segunda votação, o Projeto de Lei n.º 02/2024 foi aprovado por 6 votos favoráveis** (houve duas abstenções dos vereadores Eder Paulo e Ricardo). Por fim, *deliberaram em único turno o Requerimento n.º 08/2024, de autoria do vereador Ricardo Israel dos Reis, solicitando que o Executivo Municipal encaminhe a esta Casa Legislativa informações a respeito do estado das câmeras de monitoramento da cidade e implante o de sistema de videomonitoramento Zona Rural deste Município.* **Colocado em sua única votação, o Requerimento n.º 08/2024 foi aprovado por unanimidade.** A seguir, o **Presidente Cresio** encaminhou o projeto que entrou em leitura para a Comissão de Legislação, Justiça e Redação, a fim de que faça a análise das matérias. Nada mais havendo a ser tratado, o **Presidente** declarou encerrada a sessão e convocou os nobres *edís* para a 145.^a (centésima quadragésima quinta) Sessão Ordinária a ser realizada no dia 14 (quatorze) de março de 2024, quinta-feira, às 19h. Eu, Ricardo Israel dos Reis, 1.º Secretário, **Ricardo Israel dos Reis**, mandei lavrar esta ata que será assinada após a sua aprovação. Cresio Costa

Presidente Cresio Costa. Joel Alves Pereira Danilo José Soares Marques Fábio Ferreira Garcia João Paulo Ferreira Luiz Antônio Garcia Ricardo Israel dos Reis Silvana Rosa Livramento

Ata da 145.^a (centésima quadragésima quinta) Sessão Ordinária, na 4.^a (quarta) Sessão Legislativa da 19.^a (décima nona) Legislatura da Câmara Municipal de São João Batista do Glória-MG. A sessão teve início às 19h (dezenove horas) do dia 14 (quatorze) de março de 2024, sob a presidência do vereador Cresio Costa. O Presidente da Casa solicitou a este Secretário a chamada nominal dos vereadores, tendo comparecido os seguintes *edís*: **Cresio Costa, Danilo José Soares Marques, Eder Paulo Lemos, Fábio Ferreira Garcia, João Paulo Ferreira, Joel Alves Pereira, Luiz Antônio Garcia, Ricardo Israel dos Reis e Silvana Rosa Livramento.** Verificado o número legal de presenças, sob a proteção de Deus e em nome do povo gloriense, o **Presidente** declarou aberta a sessão. Na sequência a ata da sessão anterior foi deliberada e aprovada por unanimidade. Prosseguindo, o **Presidente** solicitou a este **Secretário** a leitura do expediente do dia,

que constou o seguinte. **Expediente:** 1 – Discussão e votação da ata da 144.^a (centésima quadragésima quarta) Sessão Ordinária, realizada em 04/03/2024. **Expedientes oriundos do Chefe do Poder Executivo:** 1 – Ofício n.º 34/2024, encaminhando para tramitação em regime de extrema urgência o Projeto de Lei n.º 001/2024, que “Dispõe sobre a revisão geral anual e reajuste dos vencimentos dos servidores municipais ativos, inativos, pensionistas, comissionados e contratados da Administração Direta e Indireta do Município de São João Batista do Glória, bem como da remuneração dos membros do Conselho Tutelar e dá outras providências”. 2 – Ofício n.º 35/2024, encaminhando para tramitação em regime de extrema urgência o Projeto de Lei n.º 006/2024, que “Dispõe sobre a concessão de vale alimentação e dá outras providências”. 3 – Ofício n.º 30/2024, informando que o Município de São João Batista do Glória possui condições orçamentárias para arcar com as despesas e meios que garantam o pleno funcionamento da obra de contratação de ponde no “Vale dos Canteiros”, objeto do Contrato de Repasse n.º 950930/2023, incluindo sua operação e manutenção. 4 – Ofício n.º 36/2024, protocolado após o fechamento da pauta, encaminhando para tramitação em regime de extrema urgência o Substitutivo n.º 01 ao Projeto de Lei n.º 01/2024, que “Dispõe sobre a revisão geral anual e reajuste dos vencimentos dos servidores municipais ativos, inativos, pensionistas, comissionados e contratados da Administração Direta e Indireta do Município de São João Batista do Glória, bem como da remuneração dos membros do Conselho Tutelar e dá outras providências”. **Expedientes oriundos diversos:** 1 – Ofício n.º 15/2024, originário da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, encaminhando resposta em atenção ao Ofício n.º 39/2024, de autoria desta Câmara Municipal, que encaminhou a indicação verbal do vereador Ricardo Israel dos Reis, apresentada durante a 144.^a Reunião Ordinária. 2 – Ofício n.º 15/2024, originário da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, encaminhando resposta em atenção ao Ofício n.º 28/2024, de autoria desta Câmara Municipal, que encaminhou a indicação verbal do vereador Eder Paulo Lemos, apresentada durante a 142.^a Reunião Ordinária. 3 – Ofício n.º 12/2024, originário da Câmara Municipal de São Roque de Minas, solicitando agendamento de visita e reunião na Câmara Municipal de São João Batista do Glória, para troca de informações sobre o funcionamento e prestações de serviços ofertados por esta Casa Legislativa. 4 – Inscrição da Cidadã Samantha Faria Campos para o uso da TRIBUNA, com a finalidade de abordar a respeito de documento de Comissão das Mães Apae e sobre campanhas. 5 – Inscrição da Cidadã Andréa Barreto Luns, protocolada após o fechamento da pauta, para o uso da TRIBUNA, com a finalidade tratar a respeito das comissões das mães e realizar a sua apresentação. **Expedientes apresentados pelos vereadores:** 1 – Requerimento n.º 09/2024, de autoria do vereador Fábio Ferreira Garcia, solicitando, ouvido previamente o Plenário desta Câmara Municipal, que o Executivo Municipal estenda e aplique uniformemente o benefício do vale-alimentação a todos os servidores públicos do município, independentemente de seu salário base. 2 – Requerimento n.º 10/2024, de autoria do vereador Fábio Ferreira Garcia, solicitando, ouvido previamente o Plenário desta Câmara Municipal, que o Executivo Municipal indique o motivo pelo qual os atendimentos noturnos nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) foram reduzidos de 04 (quatro) para 02 (duas) vezes mensais, e reestabeleça os 04 (quatro) atendimentos noturnos mensais. 3 – Requerimento n.º 11/2024, de autoria do vereador Danilo José

A Ordem por princípio

Soares Marques, solicitando, ouvido previamente o Plenário desta Câmara Municipal, que o Executivo Municipal encaminhe para esta Casa Legislativa dois projetos de lei, o primeiro dispendo sobre revisão aos servidores públicos municipais, e o segundo versando sobre atualização do piso dos profissionais da educação. Adicionalmente, requerendo que, de agora em diante, os projetos de revisão sejam apresentados anualmente de acordo com a Lei Municipal nº 1.349/2012, que fixou a data-base para a revisão geral e anual o mês de janeiro de cada ano, bem como, seja enviado anualmente a esta Casa Legislativa o projeto de lei de fixação do piso salarial dos profissionais da educação cinco dias após o Governo Federal liberar o índice. 4 – Requerimento n.º 12/2024, de autoria do vereador Danilo José Soares Marques, solicitando, ouvido previamente o Plenário desta Câmara Municipal, que o Executivo Municipal encaminhe para esta Casa Legislativa cópia do cronograma físico financeiro e medições da obra de construção do almoxarifado do Hospital Municipal Dona Chiquita (Procedimento Licitatório Tomada de Preços n.º 05/2022). Não houve orador inscrito para falar no **Pequeno Expediente**. Dando continuidade, o **Presidente** declarou aberto o **Grande Expediente** e usaram a palavra os seguintes vereadores. O **vereador Joel**, primeiro orador inscrito, iniciou pedindo a assessora jurídica da Câmara Municipal, Sra. Camila, que realizasse a leitura de um documento relacionado a eventuais fatos ilícitos imputados a ele. Ela leu um trecho do documento no qual consta que “não foi possível vislumbrar prática ilícita do vereador Joel Alves Pereira” e que os relatórios anexados dizem respeito ao deslocamento realizado pelo programa “Mais Genética” e posse de deputados estaduais, sendo o município de São João Batista do Glória signatário do “Mais Genética”, havendo pertinência entre o motivo das viagens e o interesse público, esclarecendo que a representação não esclarece se houve desvio de finalidade. O vereador Joel retomou a fala, expondo que, quando em Belo Horizonte, protocolou documento para os autistas e que nas viagens do “Mais Genética” teve o objetivo de procurar recursos para os produtores, alegando ter conseguido 5 (cinco) kits de mel por meio do deputado Emidinho Madeira. Disse retomar a questão do clube do cavalo na segunda-feira, afirmando ter documentos em mão. Ameaçou processar “o vereador” e o ex-presidente do grupo do cavalo, culpando este último de usar seu filho de 16 (dezesesseis) anos. Ele disse “você já pensou seu filho de 16 anos estudar num colégio? (...) um pai de família, está jogando o nome do meu filho em lama (...)”. Pediu para que fosse montada uma comissão pois ele irá exigir que uma comissão tome providência do que foi falado dele e de seu filho, já que o nome dele e de seu filho está nas redes sociais. Relevou que vereadores ligaram para ele pedindo para que ele não fosse à rádio. Disse que em momento algum ele iria à rádio Colina defender quem tem teto de vidro. Enfatizou que irá na justiça e que quer indenização em cima do seu filho dizendo que “gasta tudo o que tem” mas “que quer indenização”. O **Presidente** pediu para que o vereador repetisse a fala para que ela ficasse gravada. O **vereador Joel** disse que “lá na ‘kefelin’ é prédio da prefeitura e o vereador sabe disso”. Pediu que o Presidente tomasse providência de conversar com o Prefeito para tirar os caminhões, caso contrário ele denunciará no Ministério Público. O **Presidente** pediu para que o vereador Joel citasse

o nome do vereador. O **vereador Joel** respondeu que o vereador é o "Edinho". Pediu perdão a população e reforçou que irá mostrar provas na segunda-feira contra as calúnias que levantaram contra ele. Encerrou sua fala. A fala foi concedida pelo **Presidente** ao vereador **Eder Paulo**, que disse que ele estava lá na garagem antes do dono do prédio morrer e que ele pagava o aluguel, e que quando o homem morreu a dona e a filha falaram "Edinho vai pondo o caminhão e vai pagando 300 (trezentos) reais por mês", ele disse, porém, que não durou nem um mês e já venderam tudo. Ele relatou ter perguntado para o Prefeito se ele queria que fossem tirados os caminhões e que este disse que "não, no dia que precisar eu te falo". Ele disse estar tranquilo. O **Presidente** interveio falando que o vereador Eder Paulo deveria apenas responder e depois falar durante sua parte. Ele disse que na fala dele "ele ajeita". Afirmou que "não usa coisa sem pagar". Ponderou que o Prefeito disse que ele poderia usar e que este afirmou que no dia que ele fosse usar avisaria o vereador para que ele tirasse os caminhões. Afirmou que sua mente está limpa, se a dona que vendeu os imóveis quiser vir na Câmara ele "a traz aqui" e que tem testemunha lá na roça. Ressaltou que o Prefeito não disse que ele precisaria tirar os caminhões e questionou "se o Prefeito não mandar quem vai mandar? (...) O vereador vai mandar?". Argumentou que se precisar "traz o Prefeito aqui, o mais rápido possível". Encerrou a fala dizendo que o **Presidente** poderia "tocar o barco". O **vereador Luiz**, segundo orador inscrito, abriu sua fala tocando no assunto da reunião com os profissionais da enfermagem do município, agradecendo pelos resultados positivos da reunião. Informou que o Prefeito irá mandar um projeto para a Casa Legislativa quanto à questão da Apae, que irá criar um repasse mensal para a instituição. Comunicou que o foi pronunciado um repasse para a Apae de 180 (cento e oitenta) mil com a presença do deputado Emidinho Madeira. Informou que 12 crianças de São João Batista do Glória frequentam a Apae. Ressaltou a importância da instituição e incentivou oficiais, telefones e visitas a deputados para ajudar a salvar a Apae. Explanou a anunciação de um projeto, que será enviado pela prefeitura, que muda a licença-maternidade de 4 (quatro) para 6 (seis) meses. Contou sobre uma visita e avaliação da Caixa Econômica na cidade, dizendo que as 34 (trinta e quatro) casas, de quem fez a inscrição, poderão ser iniciadas ou entregues até no meio do ano, já que não há mais empecilhos. Encerrou sua fala. O **vereador João Paulo**, terceiro orador inscrito, começou tratando de um pedido feito por ele, no caso, a iluminação do estádio Odélio Martins. Desabafou que para quem não pratica esporte, tudo o que ele falar (quanto ao tema) é inútil, mas quem pratica "sabe do que ele está falando". Relatou ter presenciado crianças jogando bola no escuro. Questionou qual seria o impedimento da realização da instalação da iluminação. Comunicou, por meio da Secretária de Esporte, que o campeonato regional começará no Glória, "da idade dos cinquentões". Desabafou ainda que quando um vereador cobra o que "está de errado" ele é taxado de "politiqueiro". Pediu a população para que não idolatrasse político nenhum, argumentando que isso os blinda de críticas. Retornou a ressaltar o pedido feito por ele, pedindo para que fosse confeccionado um requerimento com a assinatura de todos os vereadores. Encerrou sua fala. A vereadora **Silvana**, quarta oradora inscrita, pediu a união de todos, órgãos públicos e cidadãos, no combate à dengue. Explicou que o município adquiriu seu próprio fumacê. Pediu aos donos de terrenos vazios, afirmando que há entre 2.500 (dois mil e quinhentos) e 3.000 (três mil) terrenos sem construções, que eles cuidem da limpeza de

A Ordem por princípio

seus terrenos, afirmando que não há mão-de-obra o suficiente por parte dos órgãos públicos para este fim. Mencionou ver na rede social que o loteamento que vai para o parque de exposição rotineiramente tem cobras e outras coisas nesse sentido. Explanou que a questão não é cobrar pela limpeza no IPTU, mas sim que há falta de pessoal. Mencionou ainda o caso de morte de um adolescente de 15 (quinze) e de outra pessoa de 37 (trinta e sete) anos. Falou estar sempre em busca de melhorias para os funcionários públicos e que o a situação atual "não está boa". Expos a reunião, ocorrida no mesmo dia, com os profissionais da enfermagem. Defendeu a gestão, dizendo que ela não cruzou os braços para os funcionários públicos. Explanou ainda que graças aos trabalhos da casa o vale-alimentação se tornou igual para todos os funcionários, pois antes os maiores salários ganhavam um vale maior. Desabafou quanto a expectativa de colocar o vale-alimentação em 500 (quinhentos) reais, contando que já havia anunciado o valor. Parabenizou a equipe da enfermagem e disse estar contente quanto a criação de uma cultura de valorização do servidor público. Defendeu que se fosse enfermeira se filiaria ao sindicato e o fortaleceria. Descreveu o pedido feito por ela e por outros vereadores por uma quadra de *beach tennis*, falando que ela seria bem-vinda. Protestou quanto a reportagem do jornal Folha da Manhã, repudiando-a e explicando que o diálogo é bem-vindo dentro da Câmara. Atacou sua veracidade e criticou o uso de fotos fora de contexto. O **vereador Eder Paulo**, quinto orador inscrito, falou inicialmente que ele acha que "puseram a pedra em cima daqueles cavalos que morreu lá no poli, tiraram o nome da reta", mas que todos sabem de quem é o cavalo. Lamentou não ter provas e disse ser uma vergonha deixar o cavalo morrer. Afirmou que não ia apresentar o BO, mas depois que foi aprovado "a anterior", ele irá coletar a assinatura "da turma" e que mais "pra frente" se precisar ele irá "meter a mão no bolso" como, nas suas palavras, "já fez com muito vereador". Defendeu-se dizendo que não há nenhum caminhão no seu nome. Em seguida, afirmou que não deveria ser presidente uma pessoa que não sabe ler, "que passou vergonha no poliesportivo" e "fez nós gastarmos horas e horas esperando". O vereador disse que o correto seria pedir uma outra pessoa para ler. Falou que isso para ele se chama Judas. Alegou que todos os gloriense sabem "disso". Esclareceu que quem fez "os BO" foi o presidente do clube do cavalo, Giovane, e ele quem apresentou. Falou que é uma vergonha a pessoa comprar na conta do mercado, seja aonde for, sem autorização do presidente. Falou ainda que foi tão "detonado" na rádio que "não vai lá nem pra comer doce". Sendo solicitado pelo Presidente que o vereador Eder Paulo falasse o nome de quem ele estava falando, disse que é o vereador Joel Alves Pereira. Mencionou que o vereador comprou em várias datas, "10/07/2022" (dez do sete de dois mil e vinte e dois), "02/12/2023" (dois do doze de dois mil e vinte e três). Afirmou que não foi recente para levar para a queima do alho. Falou que os canos de bandeira foram para a festa do peão. Expôs que as notas estão com ele e que o Giovane irá até a Câmara para se pronunciar. O vereador prometeu tomar iniciativa e reiterou que "não perde uma briga dessas por nada". Afirmou ainda que usará a ata, que depois de aprovada, é um documento. Em sequência, tocou no assunto do mata-burro "do Jaime, lá da Capetinga", que o vereador diz que cobra há dois anos. Requisitou

ao Presidente a cópia do processo lido pela assessora Camila, reforçando ter direito da cópia. Reforçou ainda não ter feito nada de errado e que quem fez o BO foi o sargento Leandro por meio do presidente do Clube do Cavalo. Ponderou que ele, como vereador, tem de averiguar e que isso para ele é um decoro. Ponderou ainda que ele quer que isso seja esclarecido e contou com a assinatura dos vereadores. Encerrou sua fala. O **Presidente** concedeu o direito de resposta ao **vereador Joel**, que argumentou que é preciso ter o documento em mãos, dizendo que ele o tem, e que segunda-feira irá apresentá-los para a população. Reafirmou estar procurando seus direitos e ter testemunhas. Agradeceu por ter as portas abertas para o seu filho em qualquer comércio, para ele, e por nunca ter chegado uma cobrança na porta de sua casa. O **vereador Danilo**, sexto orador inscrito, começou discutindo acerca do descaso com que foram entregues os uniformes escolares, argumentando que é "um caso atrás do outro" e que isso não é um favor, e sim um direito. Pediu para ter acesso aos parâmetros com os quais foram solicitados os uniformes e mencionou o relato de uma criança que recebeu uniformes de má qualidade e do tamanho errado. Relatou também que vários não receberam o *kit* completo. Concluiu exigindo a assinatura do responsável por receber os uniformes e o atestado de capacidade técnica da empresa. Em seguida, citou o caso de uma cidadã que recebeu três meses de auxílio aluguel, que em outro momento questionou que "não estava funcionando o serviço público para ela" e que recebeu como resposta "que que é isso, você já tá recebendo auxílio aluguel, você é muito ingrata". Salientou novamente que serviços públicos prestados à população não são "favor". Criticou a prefeitura pela má-execução dos benefícios para a população. Disse que irá requerer documentos para o plenário. Disse ainda que irá protocolar uma alteração ao regimento, alterando de 60 para 30 dias o prazo de resposta máximo de documentos solicitados pela Casa Legislativa. Ainda sobre os uniformes, ressaltou a demora para que eles fossem entregues, já que eles chegaram apenas em março. Comentou sobre a ausência de uma data para o pagamento das bolsas, do auxílio-moradia e do auxílio-transporte para os jovens. Afirmou que os pais dependem do recurso da prefeitura, constou que esteve na prefeitura no dia da reunião e que não recebeu data. Reclamou da "lei da censura", que reduziu o tempo de fala dos vereadores de 30 (trinta) minutos para 10 (dez) minutos. Relatou ter tido a informação de que o CAPS no PAC não foi aprovado para o município e que o sistema novo de saneamento básico e reabastecimento de água vai ser analisado na fase seguinte do PAC. Criticou o município por não ter planejado uma solução para o desabastecimento de água contínuo no Glória. Este **Secretário**, sétimo orador inscrito, inicialmente agradeceu, em nome da secretária Rosane e do Prefeito, quanto aos uniformes, dizendo que cobrou há 2 semanas e que já obteve a resposta. Em referência a fala do vereador Danilo, disse que houve alguns erros, mas que acredita que pode ser corrigido. Sequencialmente mencionou a questão dos ares-condicionados nas escolas municipais. Em seguida, tratando sobre estacionamentos para autistas, solicitou um requerimento para iniciar pinturas para vagas de autistas e de adesivos para proprietários autistas. Pediu um requerimento para 7 (sete) medicamentos que estão em falta. Encerrou sua fala. O **vereador Fábio**, oitavo orador inscrito, abriu sua fala fazendo considerações sobre a fala deste secretário, pedindo que a bancada, seguindo o exemplo deste secretário, traga soluções para o coletivo e não problemas particulares. Comentando sobre o projeto de vale alimentação

A Ordem por princípio

para os servidores da prefeitura mencionou um requerimento seu do ano passado para passar de R\$ 300 (trezentos) para R\$ 600 (seiscentos) e um estudo da vereadora Silvana, no qual consta que um aumento do vale alimentação para R\$ 500 seria viável. Lamentou pelo aumento do vale alimentação não ter sido no valor desejado. Questionou o dado informado pelo Prefeito em reunião sobre o aumento de investimento no funcionalismo público afirmando que embora tenham-se aumentado as despesas o funcionário público continua insatisfeito. Argumentou dizendo que os funcionários precisam entrar na justiça para ter seus direitos garantidos e mencionando exemplos de outras cidades, onde os funcionários receberam antes de entrar de férias, dizendo que no município glioriense os servidores receberam as férias com atraso. Comentou sobre o projeto da revisão geral dos funcionários públicos, questionando o fato dos cirurgiões-dentistas, terem recebido uma revisão desigual em relação aos outros funcionários. Apontou que no substitutivo do projeto não veio o pedido da vereadora Silvana de definir uma revisão municipal para os enfermeiros até que se tenha um posicionamento da esfera federal. A **vereadora Silvana** argumentou que o piso da enfermagem e o piso dos dentistas são leis próprias, dizendo que será mandada outra lei inserindo na lei que criou o piso o artigo da revisão. O vereador Fábio retrucou estabelecendo que a lei do cirurgião-dentista não se aplica ao poder público, mas sim ao privado. A vereadora Silvana esclareceu que foi votada uma lei que alterou o salário-base dos dentistas. Em sequência comentou sobre os ventiladores das salas onde os pacientes do hospital ficam, fazendo referência a fala de uma enfermeira quem esteve na câmara na quarta-feira, ele disse que 4 (quatro) meses atrás, durante a onda de calor, foi verificar a ausência de sistema de refrigeração, e que esse problema continua, salientou uma fala da reunião de quarta-feira, que diz que "provavelmente a morte de 5 (cinco) idosos no município foi porque estava na sala sem ventilador, morreu de calor (...)". Disse que aquele que sabia que os ventiladores não estavam funcionando deveria ser responsabilizado. Encerrou sua fala. Sem mais oradores inscritos, o **Presidente** iniciou seu pronunciamento. Respondeu ao vereador Danilo, quem havia criticado a "censura" de sua fala, salientando que a medida foi passada e aprovada pelos vereadores. Também assegurou ao vereador João Paulo que passará a questão da iluminação do estádio para a Alexandra para que ela olhe com bons olhos, bem como a questão do poliesportivo. Parabenizou o Prefeito Celso por no seu mandato por "não ficar nem um ano sem passar os repasses do governo", ter dois anos de aumento real e por mexer no vale. Além disso, o isentou de culpa pela defasagem nos salários, afirmando que essa questão se estende a 12 anos. Afirmou que, segundo o vereador Luiz, a compra dos ventiladores do poli já foi feita. Pediu ajuda da população, com limpeza de quintais e fiscalização voluntária, no combate à dengue, apontando que o correto é multar as pessoas que não limpam seus lotes, dizendo que isso está na lei. Na sequência, o **Presidente** declarou encerrado o Grande Expediente e facultou a palavra aos cidadãos inscritos na **Tribuna Popular**. A Cidadã Samantha Faria Campos, primeira inscrita, não compareceu. Dessa forma, passou-se a palavra para a **Cidadã Andréa Barreto Lunz**, segunda inscrita, agradeceu ao Presidente por ter cedido o espaço da Câmara para uma reunião, requisitada pela

Cidadã, de interesse público, embora ela não tenha sido realizada. Tratou das dificuldades financeiras enfrentadas pela Apae e leu o pedaço de um documento, da instituição Apae para a prefeitura gloriense, requisitando verba emergencial. A Cidadã explicou que a possibilidade de fechamento da associação é grande e expos as suas dificuldades. Pediu aos vereadores zelo e atenção com a instituição. Evidenciou os benefícios do atendimento da empresa. Deu seu depoimento como mãe, elevando a instituição. Explanou sobre o canal de doações direto. Relatou que os funcionários estavam a 3 (três) meses sem receber. Sequencialmente, listou as categorias de pessoas atendidas. Relatou ainda sobre uma audiência pública que aconteceu, a qual tratou sobre o autismo. Agradeceu medidas tomadas por alguns vereadores. Explanou ainda sobre a formação da comissão em nome da Apae. O **vereador Danilo** parabenizou o apoio das mães, falou da necessidade de políticas públicas e definir uma norma de repasse contínuo para a associação, criticando as prefeituras por “folgarem” na APAE. Criticou a decisão do Glória de mandar as crianças para Paraíso, argumentando que o recurso deveria ter ido para a Apae. A **vereadora Silvana** propôs uma junção dos Prefeitos dos municípios participantes na instituição e que seja apurado o valor que as crianças de cada cidade custam, ela disse que é possível fazer uma estimativa de custo. A **Cidadã Andrea** deu o exemplo de seu filho, explicando que a renda dos funcionários da APAE é insustentável. Ela defendeu a ideia do repasse mensal. Salientou que o custo mensal do tratamento ABA é em torno de R\$ 30.000 (trinta mil reais). O **vereador Eder Paulo** disse que o certo é acudir, e questionou se a Apae já vinha passando por dificuldades, a Cidadã explicou que a entidade tinha uma pessoa a frente dela, que se blindou e não deixou outros tomarem conhecimento. Explicou que essa situação foi exposta e questionada pela comissão. O **vereador Eder Paulo** questionou se a responsável esteve escondendo a situação, para o que a Cidadã respondeu positivamente. Relatou em seguida que a responsável foi afastada da função. Ela isentou os funcionários e crianças da culpa da atual situação. A **cidadã** explicou que a então responsável segmentou as funções da APAE no prédio em duas recepções, clínicos e ABA. Contou que no dia 28 (vinte e oito) foi avisado que não haveria atendimento e teria uma reunião de manhã com os pais e outra à tarde, onde foi dito que a recepção “de baixo” acabou. Contou ainda que a empresa tomou a decisão de alugar a sala do anfiteatro para não depender apenas de repasse e, também, que alguns pacientes perderam o atendimento. Estimou que 14 (catorze) psicólogos foram desligados das suas funções. O **vereador João Paulo** se comprometeu a fazer parte da sua emenda para a Apae. O **vereador Danilo** disse que deixou R\$20.000 (vinte mil) reais para fazer laudo. A **Cidadã** explicou que há a possibilidade de as crianças que necessitam de atendimento crescer em grande número. Ela contou sobre a realização do concurso público de Passos para a educação, no qual muitos funcionários passaram, migrando para a prefeitura de Passos. O **Presidente** citou a fala do Cidadão Ângelo, esposo da cidadã Andrea, quem pediu ajuda para conscientizar a população sobre a APAE de modo a incentivar doações, inclusive de alimentos. A **Cidadã** comentou sobre a iniciativa dos cofres solidários, falando irá visitar o comércio local para saber quem tem interesse. Ela explicou a logística das doações por pix para quem não possui acesso ao recurso e esclareceu que qualquer tipo de doação é válido. O vereador **Eder Paulo** perguntou o custo de funcionamento da APAE, ao qual a Cidadã respondeu que a folha de pagamento de janeiro é de 250.000 (duzentos e

A Ordem por princípio

cinquenta mil), só para funcionários. O vereador questionou se o dinheiro atual é para “tocar a coisa para frente”, a Cidadã respondeu positivamente. O **Presidente** registrou a fala da Cidadã Mariana, que agradeceu a professora Kênia pela caixa que ela colocou na escola para arrecadar alimentos. Sem mais cidadãos inscritos, o **Presidente** declarou encerrada a Tribuna Popular e passou para a apreciação da **Ordem do Dia**, que iniciou com a apreciação, em único turno, do *Projeto de Lei Complementar n.º 02/2024, que “Estabelece regras e diretrizes para a atuação do Agente de Contratação, do Pregoeiro, dos membros da Comissão de Contratação, da Equipe de Apoio, do Gestor e do Fiscal de Contratos no âmbito do Poder Legislativo Municipal de que trata a Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2022; cria Funções Gratificadas e dá outras providências.* A **vereadora Silvana Rosa** esclareceu que o projeto é para a Câmara Municipal e se dá por causa da mudança da lei 14.133, que exige uma comissão para que se faça a licitação. Explicou que para fazer a mudança do carro da Câmara essa comissão terá de ser montada, de forma igual a do executivo. Explicou ainda que as funções são gratificadas, recebendo no mês daquele processo licitatório. **Colocado em sua única votação, o Projeto de Lei Complementar n.º 02/2024 foi aprovado por unanimidade.** Em seguida, passaram para a *única discussão do Requerimento n.º 09/2024, de autoria do vereador Fábio Ferreira Garcia, solicitando que o Executivo Municipal estenda e aplique uniformemente o benefício do vale-alimentação a todos os servidores públicos do município, independentemente de seu salário base.* O **vereador Fábio** justificou seu requerimento explicando que as enfermeiras, com seu salário base, não recebem o vale alimentação, enquanto as técnicas de enfermagem, que recebem o benefício, chegam perto do salário das enfermeiras. Mencionou uma informação do vereador Luiz com o Presidente da Câmara propondo que a sobra da Câmara Municipal seja usada para suprir o vale alimentação dos profissionais que não o recebem atualmente. Expos que o sindicato dos servidores já teve uma reunião com o executivo, “o qual foi negado”, explicou que seu requerimento foi elaborado antes da reunião. Explicou ainda que seu requerimento tem o objetivo de “reforçar o pedido”. **Colocado em sua única votação, o Requerimento de n.º 09/2024 foi aprovado por unanimidade.** Prosseguiram com a *discussão em único turno do Requerimento n.º 10/2024, de autoria do vereador Fábio Ferreira Garcia, solicitando que o Executivo Municipal indique o motivo pelo qual os atendimentos noturnos nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) foram reduzidos de 04 (quatro) para 02 (duas) vezes mensais, e reestabeleça os 04 (quatro) atendimentos noturnos mensais.* O **vereador Fábio** registrou ter recebido a informação de que houve uma diminuição no número de atendimentos noturnos nas Unidades Básicas de Saúde. Justificou que esses atendimentos são essenciais para aqueles que não podem ser atendidos em horário comercial. Propôs o retorno de 4 (quatro) atendimentos noturnos mensais. **Colocado em sua única votação, o Requerimento de n.º 10/2024 foi aprovado por unanimidade.** Posteriormente, passaram para a *única discussão e votação do Requerimento n.º 11/2024, de autoria do vereador Danilo José Soares Marques, solicitando, ouvido previamente o Plenário desta Câmara Municipal, que o Executivo*

Municipal encaminhe para esta Casa Legislativa dois projetos de lei, o primeiro dispendo sobre revisão aos servidores públicos municipais, e o segundo versando sobre atualização do piso dos profissionais da educação. Adicionalmente, requerendo que de agora em diante os projetos de revisão sejam apresentados anualmente de acordo com a Lei Municipal nº 1.349/2012, que fixou a data-base para a revisão geral e anual o mês de janeiro de cada ano, bem como, seja enviado anualmente a esta Casa Legislativa o projeto de lei de fixação do piso salarial dos profissionais da educação cinco dias após o Governo Federal liberar o índice. O **vereador Danilo José** pediu para que fosse respeitado o mês de janeiro para que os projetos sejam enviados a Câmara para dar previsibilidade ao servidor público. Explicou que há muito tempo não se há discussão sobre os pisos e que ela é muito vaga. Expos que o índice dos professores tem data para ser liberado, diferente do da enfermagem. A vereadora **Silvana Rosa Livramento** respondeu que, o piso dos professores sempre foi enviado. **Colocado em sua única votação, o Requerimento de n.º 11/2024 foi aprovado por unanimidade.** Por fim, deliberaram, em único turno, o *Requerimento n.º 12/2024, de autoria do vereador Danilo José Soares Marques, solicitando que o Executivo Municipal encaminhe para esta Casa Legislativa cópia do cronograma físico financeiro e medições da obra de construção do almoxarifado do Hospital Municipal Dona Chiquita (Procedimento Licitatório Tomada de Preços n.º 05/2022).* O **vereador Danilo** justificou seu requerimento dizendo que gostaria de poder analisar e ter acesso as documentações. Disse que o piso de fevereiro dos professores foi definido somente em primeiro de fevereiro. A vereadora **Silvana** disse que "já é regra de a gente pedir a autorização do piso". O vereador **Danilo** perguntou por que o piso está sendo votado somente agora. Ela explicou que está sendo votado somente agora porque, segundo o executivo, ele tinha um índice alto e havia a ponderação de dar uma porcentagem além da revisão geral. Explicou ainda que dia 31 (trinta e um) de março a revisão seria dada para os funcionários. Complementou pedindo para que fosse adicionado ao requerimento do vereador uma explicação para a obra estar parada. O vereador Danilo concordou. O **Presidente** explicou que a obra está parada porque a empresa não está cumprindo o contrato e que ela será punida. **Colocado em sua única votação, o Requerimento de n.º 12/2024 foi aprovado por unanimidade.** A seguir, o **Presidente Cresio** encaminhou os projetos que entraram em leitura para a Comissão de Legislação, Justiça e Redação, a fim de que faça a análise das matérias. Nada mais havendo a ser tratado, o **Presidente** declarou encerrada a sessão e convocou os nobres *edis* para a 146.^a (centésima quadragésima sexta) Sessão Ordinária a ser realizada no dia 18 (dezoito) de março de 2024, segunda-feira, às 19h. Eu, Ricardo Israel dos Reis, 1.º Secretário, **Ricardo Israel dos Reis**, mandei lavrar esta ata que será assinada após a sua aprovação.

Cresio Costa.

Abis Lami Garcia, João Paulo Ferreira, Danilo José Soares Marques, Silvana Rosa Livramento, Ricardo Israel dos Reis, Cresio Costa, Ricardo Israel dos Reis

Ata da 146.^a (centésima quadragésima sexta) Sessão Ordinária, na 4.^a (quarta) Sessão Legislativa da 19.^a (décima nona) Legislatura da Câmara Municipal de São João Batista do Glória-MG. A sessão teve início às 19h